



GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: análise das estratégias de políticas preservacionistas de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade

Nayala Nunes Duailibe¹

Resumo: Os programas de políticas de cultura, na sua maioria, camuflam o sentido da intervenção como apropriação, manipulação ideológica e a consolidação do poder. Por outro lado, são mecanismos de gestão necessários para a promoção de políticas públicas que beneficiam e estimulam a identidade cultural. A relação entre os diacríticos faz emergir o objetivo para as análises de estratégias para o patrimônio, bem como as vias de possibilidades para a manutenção do legado histórico de São Luís do Maranhão. Desse modo, o presente trabalho discute as alternativas para a gestão urbana de São Luís em seu planejamento estratégico e das intervenções do poder público em consonância com a sociedade.

Palavras-chave: Gestão do patrimônio, políticas preservacionistas, identidade cultural e Patrimônio Cultural da Humanidade.

¹ Graduanda. Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: nayala_duailibe@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Luís foi tombada pela UNESCO em 1997, como Patrimônio Cultural da Humanidade. Isto ocorreu devido o rico acervo arquitetônico histórico e o programa de revitalização, denominado Reviver. O Centro Histórico de São Luís abriga cerca de 3.500 edificações num perímetro urbano de 270 hectares. E após dez anos deste título, observa-se a necessidade de políticas preservacionistas que contemplem o Plano de Gestão da Cidade. Chama-se atenção para a concepção sobre o patrimônio histórico que é fundamental para a compreensão dos bens culturais definidos como materiais e imateriais de uma determinada sociedade. Neste sentido, São Luís oferece um significativo acervo de bens que devem ser cuidados com o envolvimento da gestão pública e da sociedade civil.

A problemática sobre o tema se encadeia a partir da relação de como as políticas de gestão pública estão contribuindo na preservação do Patrimônio Histórico da cidade de São Luís? A realização de um trabalho sobre e temática da gestão de preservação do patrimônio histórico de São Luís, no que remete ao planejamento estratégico.

Pretende-se ampliar uma discussão sobre quais as políticas de implantação e implementação do poder público; federal, estadual e municipal relacionadas a participação democrática e ao desenvolvimento da cidade. Todas as ações de políticas públicas são bastante complexas, pois merecem análises e sobretudo do ponto de vista da gestão do espaço público. É a partir desta concepção que se objetiva, também o alcance das possíveis contribuições nas políticas de intervenções, que poderão ser desenvolvidas ao considerar o resultado desta pesquisa como uma elaboração do conhecimento científico e resultante de reflexões sob a perspectiva dialética.

Com esta idéia São Luís após várias tentativas de gestão pública na intervenção preservacionista, foi implantado pelo governo do Estado um programa de revitalização do centro histórico, o projeto Reviver. O resultado das ações deste programa culminou como o tombamento da UNESCO. Após 10 anos do título, verifica-se uma necessidade de se compreender os obstáculos e as potencialidades relacionadas ao desenvolvimento da cidade.

Pretende-se neste estudo, repensar as práticas políticas na gestão do patrimônio público de São Luís, que não leva em consideração à própria identidade da cultura local, assim como, não apresenta com clareza a preocupação como o desenvolvimento de suas



potencialidades turísticas relacionadas à preservação do patrimônio histórico. A preservação é uma questão relacionada à administração da cultura na cidade que ocorre pela identificação, tombamento, divulgação e também da promoção do patrimônio cultural.

2 SÃO LUÍS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: a identidade e formação do legado histórico

A fundação de São Luís permeia-se por umas centenas de mitos e lendas que delegam aos franceses os patriarcas da fundação européia. Seguindo a corrente dos descobrimentos marítimos do século XV os franceses sendo conquistadores de terras conquistadas. A particularidade historiográfica brasileira remonta que as terras onde atualmente localizam-se a cidade de São Luís pertenciam a não de Portugal. O Brasil já constituía um legado de formação institucional pautado na relação entre colônia e metrópole.

O passado Frances passa a se fomentar a partir de 1612, quando os autos da coroa se fixam nas terras tupinambás. Nos ludos de construção do passado tem-se:

a 8 de setembro de 1612, foi, por fim, solenemente fundada a colônia. Rezada a santa missa pelos missionários, saíram os franceses em procissão com os fidalgos à frente e um gentil-homem carregando o crucifixo, [...] e após entoado o Te Deum Laudamus e proferido um sermão alusivo à cerimônia, o qual Des Vaux traduziu para os nativos, benzeu-se a cruz e fê-la erguer-se e adorar por todos presentes [...] Ao forte chamaram de Saint Louis, e, homenagem ao rei menino Luís XIII de França e Navarra. (MEIRELES, 2001, p. 42)

Após a retomada dos portugueses pelas terras do Norte, a coroa de Portugal passou a construir mecanismos para que São Luís se tornasse um centro administrativo. A sociedade maranhense moldava-se, nas relações comerciais e políticas mantidas de forma a garantir o sustento da Coroa. No século XIV foram construídos os belos casarões e sobrados que representavam o lastro mais significativo da coroa portuguesa no Brasil.

Adaptados ao clima quente a arquitetura de caráter lusitano tem nas fachadas de azulejo seu mais significativo resplendor. Os azulejos pintados à mão e trazidos para São Luís serviam para diminuir o impacto do calor sobre as casas, por isso eram colocados do lado de fora. A sociedade de ricos proprietários de terras tentou criar meios para a manutenção da condição de vida abastarda que levada a capital. Após anos de decadência a cultura local emergiu em nas trevas econômicas, apenas amenizadas pela construção de um forte laço



intelectual que, por muito, constitui o meio pelo qual São Luís é considerada a Atenas Brasileira.

A partir de 1889, com a mudança da Monarquia para República as carências nacionais passaram a ser encaradas como projetos de modernização. Porém, o país e, principalmente o Maranhão assentava-se por bases essencialmente agrícolas onde a base do modo de produção capitalista ainda era o escravismo. O crescimento industrial e a monocultura do café juntamente com a dominação coronelista e patrimonialista fazem emergir um cenário de limitação política onde o Estado se mostrava incapaz de sustentar constitucionalmente.

Na passagem do século XIX, a chamada República Velha que perdurou até 1930, representa o lastro histórico onde à maioria significativa da população, negros juntamente com índios e os mulatos puderam sentir a dura realidade da falta de infra-estrutura, do racismo, da negação de um Brasil multiétnico onde se negava a pluralidade cultural, geográfica, econômica e, sobretudo, a cidadania.

A industrialização do país e a reviravolta democrática fizeram, mais uma vez, com que as necessidades do Estado voltassem para uma relação mais estrita como os “ismos” do século XX. As conseqüências dos conflitos vividos em boa parte do mundo, juntamente como o exacerbamento das tendências ditatoriais mostradas primeiramente por Vargas e depois pelos militares, serve de elemento para compreender nossos horizontes culturais e suas lógicas pertinentes. Segundo Renato Ortiz (1985) a problemática da indenidade como profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro”. (p.08) liga-se a questão a produção de uma organização cultural nos moldes do sistema capitalista.

Toda identidade como construção simbólica necessária pode determinar a relação da sociedade como a reunião de diversos modos de vida. Por outro lado a industrialização e os movimentos de modernização apenas apreciavam o que era novo, portanto se era preciso desenvolver as condições necessárias obrigavam desde

3 POLÍTICAS DE CULTURA: o jogo de representação simbólica na gestão pública



O programa de políticas de cultura, na sua maioria, camufla o sentido da intervenção como apropriação, manipulação ideológica e a consolidação do poder. Coelho (1999, p.293), observa que o “processo de preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” interferem nas representações simbólicas. Legítima a reprodução do discurso populista, provedor dos interesses coletivos, ocultando a distinção entre cultura e povo, sobrepondo-se às identificações das necessidades culturais. Há 04 tipos básicos, segundo Coelho (1999) de circuito de intervenção das políticas culturais: as relativas ao mercado cultural; modo cultural; usos da cultura e relativas às instâncias institucionais de organização de circuitos culturais.

A gestão do espaço urbano deve levar em conta a questão da organização da cidade e suas viabilidades. As relações sociais ligadas em dimensões de espaço e tempo na discussão urbana tratam de contorno e contrastes próprios, na ocupação do espaço considerado cheio, isto é, construído. Este espaço é mais valorizado segundo Pelegrini (1996), por ser mais importante nas possibilidades para o convívio humano. Para as políticas públicas, o espaço vazio, na administração da cidade é mais relevante quando destaca o aspecto coletivo das relações comunitárias nas suas experiências.

Preservar o passado, presente e futuro é uma tendência inerente a quase toda sociedade, independente do jogo de interesse. O registro histórico sobre a cidade apresenta-se como uma fonte inesgotável de informações sob diversas visões do objeto, dada à riqueza dos significados. A política nacional de preservação, durante muito tempo considerava as cidades históricas acabadas ou com poucas possibilidades de mudanças, eram apoiadas na identidade; como obra de arte. Neste sentido as formas de intervenções na preservação como fachadas, não admitida a complexidade da dinâmica de uma cidade.

Com as alterações na política de preservação, no que diz respeito ao processo de globalização e a preocupação com a manutenção da identidade do patrimônio tombado das cidades históricas. Houve uma idéia de revitalização do espaço urbano que segundo Barreira (2001, p.310):

[...] no curso das transformações atuais do espaço urbano percebe-se que a recuperação de locais e tradições que compõem a “história” de diferentes cidades emerge com intensidade. As cidades parecem construir “palavras de ordem” referentes à preservação, antes que o passado fique apenas retido em memória longínqua, sem um monumento objetivo de referência. Subjacente às estratégias de



conservação de espaço, considera-se tanto a valorização das “ruínas”, como a chamada revitalização que muitas vezes aponta novos usos coletivos, sobretudo voltados para o lazer ou consumo cultural.

O papel da gestão pública com ações de intervenções nas cidades tombadas é questionado pelas ciências sociais e principalmente quanto as práticas autoritárias contidas no planejamento urbano. A partir da década de 70, a política de patrimônio cultural recebeu significativos incentivos à reconstrução das cidades históricas, beneficiando a princípio inicialmente o nordeste e Minas Gerais.

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de São Luís, criados com os Decretos-leis nº3.999/78 e de nº7.435/79, como Programa do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão. O Decreto nº1089/86 sobre o Tombamento do Conjunto Histórico e Arquitetônico do Centro Urbano da Cidade de São Luís e a Lei nº 5082/90 que tratam da proteção deste patrimônio. .

O programa de políticas de cultura, na sua maioria, camufla o sentido da intervenção como apropriação, manipulação ideológica e a consolidação do poder. Coelho (1999, p.293), observa que o “processo de preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” interferem nas representações simbólicas. Legitima a reprodução do discurso populista, provedor dos interesses coletivos, ocultando a distinção entre cultura e povo, sobrepondo-se às identificações das necessidades culturais. Há 04 tipos básicos, segundo Coelho (1999) de circuito de intervenção das políticas culturais: as relativas ao mercado cultural; modo cultural; usos da cultura e relativas às instâncias institucionais de organização de circuitos culturais.

A gestão do espaço urbano deve levar em conta a questão da organização da cidade e suas viabilidades. As relações sociais ligadas em dimensões de espaço e tempo na discussão urbana tratam de contorno e contrastes próprios, na ocupação do espaço considerado cheio, isto é, construído. Este espaço é mais valorizado segundo Pelegrini (1996), por ser mais importante nas possibilidades para o convívio humano. Para as políticas públicas, o espaço vazio, na administração da cidade é mais relevante quando destaca o aspecto coletivo das relações comunitárias nas suas experiências.

4 A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS: o patrimônio e a cidade



A cidade como centro administrativo, econômico, político e cultural viabiliza a ampliação dos meios de comunicação e da indústria cultural. As relações urbanas lidam com o contorno e contrastes próprios, na ocupação do espaço construído, valorizado pelas possibilidades de convívio humano. O espaço vazio é das políticas públicas mais relevantes, destacando o aspecto coletivo das relações comunitárias nas suas experiências. Estes espaços propiciam o afloramento de uma cultura política e contatos mais intensos. Coelho (2000) concorda que apesar da globalização, a cidade continua sendo uma realidade concreta para o povo através da arte pública inerente à cultura política da cidade.

Para Silva (1996, p.165), possibilita a “identificação, registro, proteção, tombamento, divulgação e promoção do que seja patrimônio da nação”. Patrimônio cultural para Pelegrini Filho (1993, p.92) é como o “sentir, e agir humanos, inscrições dos povos pré-históricos, sítios arqueológicos e objetos neles pesquisados, esculturas, pinturas, desenhos de artistas e outros artefatos humanos como representação simbólica”.

Preservar o passado, investir no presente e no futuro, em seus artefatos é uma tendência das sociedades e transcende os interesses dominantes. Envolve identidades, memória, cidadania de um povo. Neste sentido, a cidade é um patrimônio histórico como intervenção urbana, investindo na infra-estrutura e na vida dos cidadãos.

E a cultura contribui como elo na ligação entre interesses públicos e privados e na coesão social. As políticas de preservação brasileira são voltadas para lugares históricos, artísticos e paisagísticos como patrimônios culturais arquitetônicos relacionados ao turismo. Patrimônio cultural de um povo deve envolver a identidade, a memória como exercício de cidadania em uma determinada sociedade. Os projetos de revitalização segundo Barreto (2001) fazem as cidades construírem *palavras de ordem* referentes à preservação, apontando para novos usos coletivos de lazer e consumo cultural.

Dentre as políticas de revitalização houve Decretos-leis que tombavam o acervo arquitetônico da cidade, mas que não houve continuidade nos investimentos culturais. Apresentam-se as políticas preservacionistas como mais uma política cultural que viabiliza a perspectiva do turismo a partir do título da UNESCO a cidade de São Luís que antes do título foi identificada com um deteriorado acervo artístico e cultural.



O Estado enquanto interventor na política de preservação passa atuar na produção e divulgação do patrimônio cultural da humanidade, como um ingrediente de legitimação e de governabilidade. Arantes (1996) observa que a cultura, outrora direito, passa a ser uma obrigação política administrativa e pública. Barbalho (1998) acrescenta que o Estado tem tornado-se culturalmente onipresente e omissivo, em alguns casos, embora atue como interventor, regulamentador, censor e empreendedor desde que estes atos lhe rendam louros políticos.

O programa de políticas de cultura, na sua maioria, camufla o sentido da intervenção como apropriação, manipulação ideológica e consolidação do poder. Coelho (1999, p.293), observa que o “processo de preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” interferindo nas representações simbólicas. Legitima a reprodução do discurso populista, provedor dos interesses coletivos, ocultando a distinção entre cultura e povo, sobrepondo-se às identificações das necessidades culturais. Há 04 tipos básicos, segundo Coelho (1999) de circuito de intervenção das políticas culturais: as relativas ao mercado cultural; modo cultural; usos da cultura e relativas às instâncias institucionais de organização de circuitos culturais.

A gestão da cultura no Brasil como uma política pública, está associada à preocupação constante da preservação de identidade nacional. Apresenta-se no interesse pelo patrimônio histórico nos primeiros registros em 1742, na carta enviada por D. André de Melo e Castro ao governador da capitania de Pernambuco, documento este em que tratava do aspecto de preservação da cidade de Recife no período colonial.

As ações relacionadas com o interesse da preservação do patrimônio durante o Império e a Velha República do Brasil, não são definidas como política cultural. Somente através do decreto nº 22.928 de 12/07/1933, assinado pelo presidente Getúlio Vargas que eleva a cidade de Ouro Preto em monumento nacional, que se considera o primeiro documento oficial como início da consciência do poder público referente a este problema. Na constituição de 1945 foi proposta a proteção do Estado ao Patrimônio Histórico Artístico e mais tarde, ao Natural e o Arqueológico.

No governo Vargas foi criado pelo decreto lei nº 25 de 30/11/1937 o Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional – SPHAN, considerado o primeiro serviço desse gênero na América Latina, com o objetivo de fortalecimento da consciência nacional. Foram gradados



diversos serviços congêneres em várias décadas visando o tombamento de bens móveis e imóveis, naturais e etnográficos registrados na Lista do Patrimônio da UNESCO.

As mudanças sobre patrimônio cultural são ampliadas, como diz Barreto (2001, p.10) que “os bens tangíveis [e] intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos”. O estudo sobre a gestão da preservação de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade articula-se a uma política cultural que tratar das manifestações culturais da cidade que envolve a história social, levando-se em conta o cotidiano das pessoas, como minorias e nas suas relações sócio-econômicas com os demais segmentos estudados da sociedade.

As transformações econômicas na sociedade brasileira durante a década de 60 favoreceram um período de grande possibilidade e contradições na política cultural. Apontam-se as experiências de educação popular, em alguns Estados do nordeste e o papel de Darcy Ribeiro como ministro de Educação e Cultura, dedicou-se à política de democratização cultural. Entre os incentivadores culturais, aponta-se o Centro Popular de Cultura – CPC, significativa entidade, propôs políticas culturais na produção teatral com grande sucesso e o apoio expressivo da União Nacional de Estudantes – UNE. No aspecto estético da proposta do CPC, divergindo em seus objetivos políticos.

Neste contexto, o CPC foi uma tentativa de uma experiência primeira de autonomia política cultural, independente do Estado, visava a conscientização das massas. Em 1964 a repressão militar cerceou este projeto no relativo às questões sócio-políticas. Feijó (1983, p.67) observa que a política cultural do Brasil, durante o regime militar, no momento da elaboração da política nacional de cultural pelo Ministério de Educação e Cultura em 1976, constituía um projeto em que a participação do Estado tinha o objetivo de valorização “da cultura nacional que é definida pelas manifestações regionais, pelo folclore e pela consolidação de nosso patrimônio histórico e científico”. Estas manifestações eram isoladas, ou seja, alienantes. A censura passou a ser o aspecto mais presente como forma de controle de qualquer posicionamento crítico da ditadura.

Durante o regime militar houve uma recomendação para a criação do Ministério da Cultura e de Secretarias ou Fundações de Cultura, na esfera estadual. Isto como um recurso ideológico para legitimação do projeto nacional com a institucionalização financeira da



produção cultural através da criação de vários órgãos tais como: Empresa Brasileira de Filmes – EMBRAFILME, Fundação Nacional da Arte – FUNARTE, Departamento de Assuntos Culturais – DAC e outros. Na gestão do governo Geisel, um documento em 1975 de Política Nacional de Cultura com a realização do I Encontro de Secretários Estaduais de Cultura, promovido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Esse contexto político inspirava desconfiança entre os produtores culturais devido a doutrina da ditadura militar repressiva e de censura.

As relações entre Estado e cultura no Brasil, acentuaram-se no processo de modernização advindas da política governamental pós-64. Na nacionalização, manifesta no planejamento das políticas governamentais que refletiram especificamente na área cultural, relacionada ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro aplicadas na área econômica, são perpassadas a todas as demais áreas. A cultura sofre uma transformação enquanto mercado de bens simbólicos ligados ao mercado de materiais na área econômica.

Coelho (2000), o tema da identidade cultural é imprescindível no Brasil durante os anos 60 e parte dos 70 bem como em outros países da América Latina como uma questão bastante política. Neste período não houve grande avanço neste sentido devido o governo do regime militar apresentar um programa político direcionado para o civismo que surtia apenas efeitos na paixão futebolística. Enquanto nos movimentos de oposição a identidade nacional era considerada como monolítica, ligada ao popular com um nível de abrangência quase impossível pela dimensão do país e da massificação dos meios de comunicação utilizados durante este regime.

O Brasil até a década de 80 não apresentava uma política integrada de cultura que antes possuía alguns sinais mais voltados à temática: patrimônio x criatividade no sentido de memória e da transformação. A cultura não era uma prioridade democrática em algum governo federal e estadual. Segundo Poerner (1997), o seu interesse surgiu lentamente da necessidade de uma política própria como os demais setores da administração pública e associada às metas globais de desenvolvimento nas áreas política, econômica e social.

A redemocratização do país, com abertura política no governo Sarney, em 1985 cria o Ministério da Cultura, resultante de Movimentos de Fóruns Nacionais de Secretários de Cultura, realizado no ano de 1983. No I Fórum foi aprovado um regimento tendo função



consultiva e de recomendação, com as seguintes finalidades, apresentados por Poerner (1997, p.41):

- I- Formular diretrizes básicas de uma política cultural comum.
- II- Reunir esforços, captar recursos e organizar meios para as políticas e atividades nas diversas áreas da cultura, visando ao intercâmbio a nível nacional e à obtenção do apoio federal.
- III- Procurar as ações integradas para maior apoio e difusão de manifestações culturais que ocorrem no território nacional, respeitando-se as características heterogêneas de Estados e regiões.
- IV- Fortalecer as expressões e manifestações criativas que reafirmem a identidade nacional.

No II Fórum instalado no Rio de Janeiro em 1984 destacaram-se as temáticas abordadas em Política Cultural. Novas Formas de Democratização do Acesso à Cultura; Política Cultural e Preservação do Patrimônio; Política Cultural e Administração e Captação de Recursos; Política e Apoio à Pesquisa. O papel de preservação foi ampliado para o envolvimento de ruas, praças e prédios considerados significativos nas comunidades e também das necessidades de capacitação de recursos humanos, ou seja, na qualificação de profissionais específicos para a administração cultural.

Em 1988 é definido na Constituição, no Artigo 216, patrimônio cultural brasileiro relaciona-se "aos bens de natureza imaterial, desde que portador de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como é o caso das formas de expressão e dos modos de criar, fazer e viver". Verifica-se nesta conquista o avanço na concepção de patrimônio em um sentido mais amplo de cidadania.

Segundo Fonseca (1996, p.153) a consciência preservacionista foi estipulada nos últimos anos pela questão ecológica envolvendo também os bens culturais como fundamentais para a garantia dos direitos humanos universais. Estes direitos são ligados às condições de vida, à qualidade de vida, à memória e à criatividade. São articulados às políticas culturais como práticas de cidadania e direitos culturais legitimados no texto constitucional de 1988.

Poerner (1997) acrescenta a discussão sobre a realização de uma campanha nacional objetivando a participação das comunidades e os poderes locais na preservação do patrimônio cultural. Os projetos com possíveis financiamentos e promoção de instituições federais e privadas. Em outros fóruns realizados persistiram a questão da modernização administrativa e



administração cultural relacionadas à participação política democrática e a identidade nacional.

No governo Collor o Ministério da Cultura foi extinto através do artigo 27 da medida provisória 150, dissolvendo as fundações mais significativas da cultura, a EMBRAFILME e revogando a Lei Sarney, transformando o MinC em Secretaria de Cultura. No governo Itamar Franco, como seu sucessor, é recriado o Ministério da Cultura através da Lei nº 9.649, 28/05/1998, tentando superar a política de desestatização do projeto Neoliberal que prejudicou as conquistas dos Fóruns de Secretários de Cultura. Foi também instituído a Lei Rouanet nº 8.313 visando o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC.

No governo Collor, a identidade nacional foi substituída pela identificação como um processo sujeito a alterações. A política cultural é modificada no sentido da concepção do patrimonialismo com o objetivo no governo militar de resgatar, preservar e difundir os patrimônios tradicionais. Passando para uma nova política cultural de criacionismo levando-se em conta, o atendimento das necessidades imediatas e em termos de integração supranacional, ou seja, globalização.

A questão política da globalização em sua intensidade considera a integração nacional como um patrimônio intangível. Sendo também intransferível e específico de cada realidade e não passível de mercantilização. Coelho (2000, p.25) afirma que "integração econômica não significa integração cultural se por isso entender a construção de uma cultura mutante, pasteurizada, feita para múltiplo consumo". Daí porque, deve ser repensada a identidade cultural no Brasil, como um foco de reflexão política dentro de um determinado contexto sócio-econômico marcado pelas desigualdades e massificação dos valores dominantes como se fosse dos dominados ou da cultura popular.

A cidade no âmbito geral foi mais estudada enquanto centro administrativo, econômico, político e outros. Como centro cultural, só aparecia no aspecto da criação. Neste contexto, há uma tomada de consciência sobre o significado cultural das cidades. Segundo Dumazedier (1999), a função da cidade passa a representar uma grande atração de interesse sobre os serviços a serem instalados devido o crescente número de solicitações da população. São consideradas as cidades, como pólos de desenvolvimento, devendo ser transformadas em espaços para responder as necessidades culturais. A cultura deve ser introduzida assim como o lazer, no arranjo moderno das cidades dentro de uma política geral do Estado.



A preservação de lugares históricos, artísticos e paisagísticos, identificados e catalogados pelos pioneiros da arquitetura moderna, ao criarem o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, através do Decreto-Lei nº 025/37, sob o empenho de Mário de Andrade, para salvaguardar o patrimônio cultural. Ainda se alude à idéia de revitalização do espaço urbano, relacionado ao turismo concomitante à vinculação com a idéia de um passado longínquo idealizado, construído sob a perspectiva dos interesses dominantes.

CONCLUSÃO

O estudo proposto constitui uma pesquisa social em razão da fluidez conceitual sobre gestão pública de política cultural, deixa entrever discussões ideológicas sobre os interesses dominantes na utilização do espaço público nas áreas tombadas pelo patrimônio. A abordagem qualitativa contribuiu sobremaneira para possibilitar investigar a postura dos membros envolvidos, tanto da comunidade quanto do poder público. Conforme Patton (apud. ALVES, 1991, p.54), “as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos, valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”.

A função cultural da cidade está em destaque devido à consciência da população urbana que exige novos serviços via política de planejamento da administração pública, deixa de ser tratado exclusivamente como um aspecto técnico e passando para o domínio do cultural. O tratamento específico da cidade pelos arquitetos foi ampliado pela transdisciplinaridade conseqüente das forças técnicas, artísticas e políticas influenciadas pelo cultural.

Durante muito tempo, segundo Barreto (2001) a definição de patrimônio cultural foi vista como sinônimo de obras monumentais ou artísticas, reconhecidas de grande luxo e relacionadas às classes dominantes pertencentes à sociedade. Os imóveis assim identificados enquanto patrimônios são tratados como monumentos que estabelecem uma relação entre o passado e presente, isto é, de continuidade que possibilita uma identificação como nação.

O patrimônio cultural é entendido neste contexto como as obras artísticas no espaço que se expressam na arquitetura, pintura ou escultura. Também, destaca-se como parte deste patrimônio cultural, outras artes, como a música, o teatro, a literatura e a dança, embora não



apresentem as mesmas características de materialidade das outras artes, devido a sua complexidade na qualificação de bens culturais que implicam na negligência dos interesses oficiais no reconhecimento como questão de patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alda J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. In: Cadernos de Pesquisa, v.77, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas: Cortez, maio, 1991, p:53-61.

ARANTES, Otacília. Cultura da cidade: animação sem frase. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidadania, n.24, 1996, p:229-246.

BARBALHO, A. *Relações entre Estado e cultura brasileira*, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*, 2.ed., Campinas: Papirus, 2001.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto: Porto Ed., 1994.

COELHO, Teixeira. *Guerras culturais*, São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____, *Dicionário crítico de política cultural*, 2.ed., São Paulo: Iluminuras: FASESP, 1999.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*, São Paulo: Perspectiva SESC, 1999.

FEIJÓ, Martin C., *O que é política cultural*, 4.ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

FIRGERMANN; LOUREIRO; et al. (orgs). *Parceria público-privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais*, São Paulo: Summus, 1992.

FONSECA, Maria C. L. *Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidadania, n.24, 1996, p:153-164.

GRAHAM Jr. Cole B.; HAYS, Steven W. *Para administrar a organização pública*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, EPU: São Paulo, 1988.



MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, Petrópolis: Vozes, 2001.

PAOLI, Maria C., ALMEIDA, M. A., Memória, cidadania, cultura popular. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania, n.24, 1996, p:185-194.

PELEGRINI Filho, A., O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (org.), *Políticas públicas setoriais do lazer: o papel das prefeituras*, Campinas: Autores Associados, 1996, p:31-38.

POERNER, Arthur J. *Identidade cultural na era da globalização: política federal de cultura na Brasil*, Rio de Janeiro: Revan, 1997.

SILVA, M^a B. de R., Preservação na gestão das cidades. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidadania, n.24, 1996, p:165-174.

SIMÃO, Maria Cristina R. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*, São Paulo: Atlas, 1994.

VIEIRA, Marcelo M.F.; ZOUAIN, Deborah M. (orgs.). *Pesquisa qualitativa em administração*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.